



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 25/05/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública do ano de 2015, a terceira da Comissão sobre o PL 415/2012, de autoria do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Audiências Públicas - registro escrito.

Esta audiência tem como tema financiamento da educação. Foram convidados para participar desta audiência o Sr. Professor Gabriel Chalita, Secretário Municipal da Educação e a Sra. Marina Aun, Secretária Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico. Agradeço a presença do Sr. Secretário Gabriel Chalita e de todos que vieram prestigiar esta audiência.

Esta é a terceira e última audiência da Comissão de Finanças e Orçamento. Duas outras comissões também já realizaram audiências, a de Administração Pública e a de Educação e analisaremos o PL do Executivo.

Hoje trataremos especificamente do financiamento da educação e convidamos o Secretário, até porque é a pessoa que vai implementar o Plano ao longo dos próximos anos. Abriremos a palavra por trinta minutos para o Sr. Secretário, depois para as perguntas e intervenções por três minutos. A secretaria da Comissão já está inscrevendo as pessoas e temos como meta o término da reunião às 12 horas.

Tem a palavra o Sr. Gabriel Chalita, Secretário Municipal da Educação.

O SR. GABRIEL CHALITA – Bom dia a todas e a todos. Querido Paulo Fiorilo, é uma honra estar aqui, este Vereador tão comprometido com boas causas e preocupado com esse Plano Municipal de Educação, como todos nós.

Quero cumprimentar a Professora Emília, a minha Secretária-Adjunta, a Lurdinha, os diretores regionais, as professoras, os professores, alunos, representantes de tantas ONGs que abraçam essa causa da educação, os sindicatos, estou vendo alguns aqui.

Quero dizer, Vereador, que fico muito feliz de ver tantas pessoas preocupadas com esse tema da educação. Estamos ganhando uma consciência cada vez maior de que a única alternativa real, de fato, para que melhorem as condições de vida do nosso país e minimizemos as questões da injustiça, Vereador Ricardo Nunes, é através da educação.

Tive a honra de presidir a Comissão de Educação em Brasília e aprovamos o Plano Nacional de Educação. Vi como foi pulsante a discussão nacional. Fernando Almeida, não o tinha visto ainda, nosso coordenador da DOT. Vi como foi importante a gente permitir que a sociedade participasse dessa discussão.

Um plano tem um significado muito importante porque sinaliza que o que estamos tratando, o que a Câmara vai votar ou o que a Câmara Federal votou vale por dez anos e dá um sinalizador, independentemente de políticas partidárias, independentemente de questões ideológicas, de um partido ou de outro. Sinalizamos o que iremos construir durante esses dez anos da educação.

Então, acredito que o Plano Nacional de Educação tenha conseguido chegar a um bom termo. Só para lembrar um pouco historicamente, a primeira vez que se pensou em um Plano Nacional de Educação foi na Constituição de 1934, mas não foi votado. As outras Constituições suprimiram isso, a de 88 chegou a discutir o assunto. Depois, com base na LDB e nessa tentativa de elaboração de um Plano que pudesse unir o país, de certa forma, na temática da educação.

O que temos de importante nesse Plano Nacional que de alguma forma está reproduzido no Plano Municipal de Educação? Alguns pontos que levantamos em Brasília: sob o ponto de vista do financiamento, a questão mais importante é o regime de colaboração. O que é um regime de colaboração? Hoje, em tese, os municípios são responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Os estados são responsáveis pelo ensino médio e algumas universidades; o Governo Federal, a maior parte está no ensino universitário e no ensino técnico. Em tese é assim, mas vejam que a cidade de São Paulo, por exemplo, tem escolas de ensino médio. A rede estadual de São Paulo tem escolas de ensino fundamental e assim acontece em outras redes.

Então, temos, na verdade, um imbróglio de atribuições, de responsabilidades, de quem cuida do quê e de quem paga. Fui um dos deputados que lutei muito pela implementação do piso nacional de educação. E sempre defendi que o professor é a alma do processo educativo.

Então, era preciso que fizéssemos todo o esforço para que chegássemos a um patamar mínimo de salário de professores para que a profissão professor voltasse a ser desejada, que as pessoas quisessem seguir a carreira do Magistério.

Hoje, esse é um dos grandes problemas do Brasil. Há tão poucos jovens querendo

seguir essa profissão, essa carreira de professor. E é a profissão mais importante, porque forma todas as outras profissões. Vemos que mesmo com a aprovação do piso nacional, muitos prefeitos e governadores não conseguem pagar o mínimo, porque se pagarem o mínimo eles incorrerão num desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eles preferem desobedecer ao piso nacional a desobedecer à Lei de Responsabilidade Fiscal, porque respondem criminalmente por isso. Há uma bagunça sob o ponto de vista financeiro, no que tange ao financiamento da educação.

Todas as vezes que a gente imagina um plano sob o ponto de vista financeiro é preciso que se discuta esse regime colaborativo. A União entra com o quê? O Estado entra com o quê? E os municípios, entram com o quê?

Quando fui Secretário de Estado da Educação de São Paulo, presidi o Consed e naquela época discutimos o Fundeb, que foi a modificação do financiamento da educação. Tínhamos o Fundef e passamos para o Fundeb e aquele momento foi de muita maturidade dos Secretários, porque eu era de um partido, o Ministro, que é o Prefeito atual, era de outro partido, e os Secretários eram de partidos diferentes. E conseguimos suplantar as discussões partidárias e chegar ao Fundeb.

Hoje, quando se refere a creche, falamos e exigimos ampliação do atendimento de zero a três anos. Isso deve ser a grande discussão do Fundeb. Nas primeiras reflexões do Fundeb, a maior parte dos Secretários de Educação do Estado não queria colocar creche no Fundeb. Aliás, fui o único Secretário Estadual a defender essa questão na primeira reunião do Consed, porque, na visão dos secretários de estado, eles não eram contra crianças de zero a três anos, mas a preocupação deles era retirar dinheiro do bolo que financiaria a educação e colocar também de zero a três anos.

Eu dizia que isso era uma questão conceitual. Era preciso cuidar dessas crianças em fase de formação, de zero a três anos, e mesmo que esses recursos fossem aos municípios e não aos estados, não poderíamos perder aquela oportunidade de colocar creche também no financiamento da educação.

Ali, discutiu-se sobre educação inclusiva, a importância dessa valorização. Havia movimentos contra de algumas entidades que cuidavam dessas crianças. Resolvemos mostrar que a APAE – que deu uma grande polêmica na época – prestava um extraordinário serviço, e

que o ideal seria que essas crianças que fossem a APAE também fossem à escola, incluíssem na escola e pudessem fazer um contra turno na APAE ou outra entidade parecida.

É interessante que todas essas discussões foram democráticas e isso vem nos ajudando muito a quebrar paradigmas, a ouvir todos os lados, refletir conjuntamente o que pode ser feito. No Plano, a mesma coisa.

No Plano Nacional falamos sobre a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar – ali se colocam algumas metas com o pé no chão. Chegamos a estabelecer metas muito exageradas e, depois, vimos que se as metas fossem exageradas, passaríamos os 10 anos sem cumprir meta nenhuma.

Mesmo em um plano que não tem uma previsibilidade de culpabilidade dos seus agentes. Lá, quando a gente discutiu o Plano Nacional de Educação, a gente estava discutindo a Lei de Responsabilidade Educacional e eu era um dos deputados que queria inclusive responsabilizar o gestor público no não cumprimento das metas, mas isso não conseguiu ser feito lá. Então, mesmo olhando como um Plano, a gente queria que esse plano tivesse premissas que pudessem ser realizadas: melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, a questão dos 10% do PIB para educação. Hoje, o Brasil coloca por volta de 5% dependendo da conta que é feita. Estamos falando em dobrar isso, chegar a 10% do PIB na educação em 10 anos. Colocamos uma meta intermediária no meio e a meta final em 10 anos.

Se isso se realizar, o nosso financiamento vai ser muito melhor porque, evidentemente, se as grandes redes não estão com o Governo Federal, são os municípios e os estados que vão receber parcelas desse recurso.

Eu fui um dos que defendeu muito a questão dos 10% do PIB porque quando você melhora a política pública em educação, você melhora as outras políticas públicas. Discutimos a educação em tempo integral, que também está no Plano Municipal de Educação. Estamos colocando metas semelhantes: 50% das escolas, 25% dos alunos. Não adiantava colocar que

teríamos 100% dos alunos em tempo integral. Imaginem uma cidade que ainda tenha 100 mil crianças fora da escola, como de uma hora para outra vai transformar as escolas em tempo integral?

Então, uma coisa é o projeto, o sonho que a gente tem. Outra é a clareza do tempo que demora a que isso seja concluído. O que no Plano Nacional nos iluminou, de certa forma, e que pode ajudar no Plano Municipal? Por exemplo, o tema da escola em tempo integral, nós analisamos os 10 países mais bem colocados no PISA, que hoje é um parâmetro de avaliação internacional, todos têm escola em tempo integral. Começamos a fazer um estudo comparado de educação, o que vem dando certo no mundo em termos educacionais e o que temos de fazer para ir nessa direção.

A questão das creches. Em um país rico, como os Estados Unidos, que tem um atendimento que não é de 100% e é parecido com o Brasil em termos percentuais, mas o imenso esforço que eles têm de atender essas crianças de zero a três anos com essa visão de que a arquitetura do cérebro se constrói de zero a três anos. A gente perseguia essas mesmas metas.

Aliás, quero cumprimentar todo o trabalho da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, dos Fóruns, tudo o que foi discutido em termos do Plano Municipal de Educação, que mostra um amadurecimento da Cidade, da sociedade, uma reflexão profunda do que significa um projeto que a gente está desenvolvendo.

O nosso papel na Secretaria não é atrapalhar o que foi feito. A gente quer construir juntos e quer dar alguns elementos que nos preocupam para que seja um plano possível de aplicabilidade. Não adianta colocarmos coisas que serão impossíveis de serem realizadas.

No geral, o Plano traz os grandes temas colocados pelo Plano Nacional de Educação para o Município de forma madura, enfrentando os grandes desafios que temos na educação municipal - desde a valorização dos professores, da educação indígena, da educação especial, do respeito às pessoas com deficiência, como isso se dá no processo

escolar, a qualidade do ensino, a gestão democrática, o apoderamento das escolas, as comunidades escolares.

O meu sonho de gestor, ainda no tema do financiamento, é que cada vez mais a gente descentralize os recursos da educação. Já estamos fazendo a secretaria descentralizando para as diretorias regionais, mas o ideal é que cada vez mais isso chegue à escola.

Um dado que falo sempre é sobre a questão da família e da escola. Por melhor que seja uma escola, ela não consegue suprir a carência de uma família ausente. Então, nós, educadores, precisamos desenvolver um processo de convencimento dos pais para que participem do processo educativo dos filhos e da gestão da escola para que os pais tenham consciência de que a escola é um espaço privilegiado de educação, mas o espaço por excelência é a família.

A escola faz uma ação complementar. Isso está na Constituição Federal, inclusive, no artigo 205, que diz sobre a responsabilidade da família. Como eu trabalho conjuntamente isso? Quanto mais eu discuto com a comunidade e a família, melhor sinto os resultados na escola.

Na questão do PIB, acredito que isso venha nos ajudar no momento em que o Brasil colocar 10% do PIB para a educação.

O Plano Municipal de Educação reproduz – embora não seja responsabilidade do Município - a questão do Ensino Médio. Fala-se muito também da avaliação, da valorização dos profissionais da Educação. A meta 20, do Plano, fala do aumento do financiamento da educação.

Há uma questão interessante também no Plano Municipal que reflete a nossa preocupação com o financiamento também que é a diminuição de alunos por sala de aula. Todos educadores são favoráveis a isso, evidentemente. Quando falamos em um processo de educação heterogêneo, precisa fazer com que os professores tenham condições de conhecer

os alunos. Esse é o ideal. O prazo, porém, para essa redução não é muito exequível.

É preciso refletir em quanto tempo a gente consegue a diminuição dessa quantidade de alunos por sala de aula.

Acho que precisamos de um tempo um pouco maior, nesse plano de 10 anos, para conseguirmos realizar isso que todos acreditamos.

Repito: essa insistência, tanto na questão orçamentária, quanto na questão de tudo aquilo que significa gastos em Educação, a nossa única preocupação é que possamos dizer: o Plano está sendo implementado. O Plano está conseguindo ser realizado.

Quando falamos do regime de colaboração, algo importante ainda para ser colocado é o seguinte: em 2010, por exemplo, falando sobre o federalismo fiscal, 57% dos recursos 2011/2012 ficaram para o Governo Federal; 24,75% dos recursos para os Estados e 18% para os municípios. Então, hoje, os prefeitos têm uma dificuldade imensa de gestão e cidades menores que São Paulo tem problemáticas diferentes, talvez não tenham os mesmos problemas que São Paulo, mas têm uma ausência de recursos impressionante. Eles têm de pedir emendas para deputado o tempo todo; têm de pedir dinheiro para os Governos Estadual e Federal, porque nesse bolo federativo muitas responsabilidades que eram da União, passaram para Estados e Municípios – muito para os Municípios. Toda a política de municipalização em todas as áreas, só que os recursos não chegaram.

Então, tudo aquilo que falamos sobre melhoria de qualidade, sob o ponto de vista financeiro, se não houver essa discussão federativa, o nosso discurso será utópico.

Então, podemos dizer assim: o nosso salário mínimo de professor será tanto; as escolas serão assim; vamos colocar aqui 35% do orçamento destinado à Educação. Se não tivermos essa redistribuição do bolo federativo, de forma muito complexa, muito difícil, os municípios conseguirão cumprir as suas metas, sob o ponto de vista financeiro.

Vejam que iniciamos toda uma discussão com os sindicatos, com muito respeito ao papel dos sindicatos, que é defender essa categoria. Se no início estava dizendo sobre a importância de valorizar os professores. Evidentemente, valorizamos o trabalho dos sindicatos, mas mostrando aquilo que conseguimos fazer para este ano, com muito pé no chão, com muita responsabilidade, quanto podemos aumentar, como poderemos fazer isso. E sempre digo isso: a minha experiência no Estado também foi assim, na relação com os professores. Quando temos um pacto com a verdade, explica o orçamento, mostra os recursos que temos e até

aonde podemos chegar, acho que isso vale muito para a votação de um plano como esse.

Evidentemente, se colocarmos 35%, sob o ponto de vista da Educação, para nós é ótimo. Se colocasse mais, seria ótimo também. Mas acho que precisa só de uma reflexão um pouco madura de onde tiraremos o restante dos recursos.

Hoje, a cidade de São Paulo tem mais de 90% de seu orçamento vinculado, em verbas vinculadas. Então, isso inibe a ação do Município em áreas que são complementárias à área educacional. Se falarmos sobre família, as políticas da área de assistência social também são fundamentais para a política educacional. As políticas na área de saúde também são essenciais; de transporte, também são essenciais. Se falarmos sobre segurança, e os pais hoje, têm uma inquietação enorme, com medo que os filhos não estejam seguros na escola, os professores também – melhorar isso, além daquilo que é responsabilidade do Governo Estadual. É nossa responsabilidade iluminação, calçadas, ruas. Se bloquearmos todos os recursos municipais, como é que conseguimos dar conta das outras demandas da Cidade.

Então, de forma muito concreta, para a melhoria real dos recursos que ficam nos municípios, precisamos acreditar que o Plano Nacional de Educação será implementado. Se ele for implementado, essa redistribuição do bolo terá de acontecer, porque passar de 5% para 10% do PIB os gastos com a Educação, isso significará que municípios e estados tenham melhores condições dessa aplicabilidade nos recursos que são ligados à Educação.

Quando falamos de financiamento, tudo está ligado ao financiamento, porque quando você fala da expansão das creches, isso está ligado ao financiamento; as escolas em tempo integral, a mesma coisa; a melhoria do salário dos professores, a mesma coisa. Mas elogio muito o que li. Li o Plano Municipal todo. Ele é muito coerente e ele se preocupou.

Acho que a Comissão de Educação, o relator fez um ótimo trabalho, e ele se preocupou com detalhes, mesmo, abraçando tudo que significa Educação nesta grande cidade.

Ainda temos muita expectativa na questão dos recursos do pré-sal, nas discussões de outras formas de aplicabilidade dessa Educação e, além disso, na gestão.

Acho que, aqui, um plano e a sociedade acompanhando os gastos na Educação, isso nos ajudará muito, porque também não adianta ampliarmos os recursos para a Educação se não tivermos honestidade na aplicação desses recursos e competência. Não é só honestidade. Não é só o não roubar e não deixar roubar. É escolher as áreas certas em que será colocado o dinheiro da Educação. Às vezes, uma demanda da sociedade pedindo mais coisas, mais benefícios com os recursos da Educação, é algo com que temos que nos

preocupar: o que, de fato, incide na qualidade do ensino, o que melhora a qualidade do ensino. Com o tempo, fomos dando uma série de benefícios para as famílias e para os alunos, benefícios que vão além dessa discussão propriamente dita da qualidade do processo educacional, e as pessoas vão incorporando isso e esses gastos são muito elevados. Talvez, esses gastos deversem estar em outras políticas sociais, deversem ser desenvolvidos de outra maneira, mas o foco, de fato, que precisamos ter, além de colocar todas as crianças na escola, é a qualidade do processo educacional.

Na minha experiência de Educador, e sou Professor com muito orgulho, acho que é uma profissão muito nobre, mas na minha experiência, o que percebo, cada vez mais, é que fomos cometendo uma série de injustiças com pessoas que não tiveram condições de desenvolver o seu potencial por uma escola com uma qualidade duvidosa. Já houve épocas em que se analisava que alguns alunos eram inteligentes e outros não; algumas pessoas teriam condições de desenvolver talentos e outras não. Hoje, não há nenhuma teoria pedagógica que acredite nessa tese. Não tem ninguém que não seja inteligente. O grande problema, a grande injustiça que cometemos é que algumas pessoas têm condições de frequentar um processo educativo com muita qualidade e de ter famílias que tenham condições financeiras para complementar aquilo que recebem na escola. Um aluno de uma escola privada, de uma família de classe média, de classe média alta, tem condições de pagar um curso de inglês, um curso de mandarim, um curso de espanhol, paga uma academia de ginástica, paga outras atividades: vai fazer lutas marciais etc. um aluno carente tem o que a gente dá porque a família não tem condições de fazer isso.

Na medida em que não nos organizamos para oferecermos isso aos nossos alunos, estamos impedindo que possam desenvolver o seu potencial.

É interessante nós vermos – vou citar o exemplo do Inglês – o porquê nossos alunos não falam inglês. Eles têm inglês todos os anos na rede em quase todas as escolas públicas do Brasil do primeiro ano ao terceiro do ensino médio ou, pelo menos, do quinto ano ao terceiro do ensino médio. Quem fala inglês no Brasil hoje? Uma criança que fez um curso numa escola privada de inglês.

Não é que a nossa criança não tenha o dom para falar o inglês. É que o tipo de trabalho que desenvolvemos não ajudou para que elas colocassem para fora esse talento que

outras crianças desenvolveram porque tiveram condições.

Então, não se trata de crianças inteligentes ou não inteligentes.

Também não estou dizendo que não temos escolas públicas de qualidade. Nós temos escolas públicas de boa qualidade, mas, às vezes, não temos esse elemento complementar da família ou condições financeiras da família para complementar o básico que a escola desenvolve.

Tudo isso é uma reflexão de um plano.

Tão importante quanto um plano pronto é o processo de elaboração. Tudo o que foi dito, discutido, debatido. Não temos que ter medo do contraditório. Vivemos numa sociedade e em que as pessoas têm o direito de ter olhares diferentes, posicionamentos e visões diferentes.

Há muitos momentos em que nós concordamos, absolutamente, com tudo o que a pessoa disse, mas não temos condições de executar naquele momento.

Então, você tem toda a razão: todas as classes que têm alunos de inclusão deveriam ter esse tipo de formatação. Mas se consegue fazer isso da noite para o dia? Não, porque não temos uma varinha mágica para isso.

Sinto que a sociedade vai amadurecendo para isso.

A minha maior preocupação e a minha alegria ao ler esse plano municipal de educação é que a gente consiga no Brasil ter a maturidade de que a educação está acima das bandeiras partidárias.

Indo para a minha conclusão para deixá-los falar e obedecer o tempo que o Presidente me deu, mas citei Anísio Teixeira. Ele, em 1940, construiu a primeira escola em tempo integral em Salvador, a Escola Parque de Salvador. Esta foi um exemplo para toda a América Latina. O Chile pegou esse exemplo, Estados Unidos, parte disso; aliás, Paulo Freire, que foi Secretário de Educação, em São Paulo, era incensado nos Estados Unidos. No seu trabalho de alfabetização de adultos, de inclusão de pessoas. Nessa tese de que nenhuma pessoa é burra e de que todas as pessoas poderiam aprender.

Quando olhamos aquela escola de Anísio Teixeira de 1940, se o Brasil tivesse dado continuidade àquele projeto, nós estaríamos noutra patamar educacional.

Nós já estivemos em muitos Estados e Municípios projetos de excelência educacional, mas, infelizmente, na troca de Secretário ou Prefeito, Governador, Presidente, quem chega joga fora tudo o que o outro fez e começa uma coisa nova.

Para mim, o antídoto contra isso é um plano de educação. É uma discussão da sociedade – que não é nossa. A gente fica nos cargos por poucos anos. Agora, os professores continuam, os pais continuam, têm mais de um filho e vão acompanhando aquele processo. A nossa maturidade está em elaborar um processo que independa disso; que, também, não seja um palco demagógico, em que vou prometer uma série de coisas que não serei capaz de cumprir, mas que tenha a maturidade para refletir o que, de fato, melhorará a nossa educação.

Fiquei feliz em poder presidir a Comissão de Educação quando elaboramos o plano de educação. Depois que ele foi aprovado – com tantas brigas de um lado e de outro, mas brigas democráticas. Nós ouvimos todas as linhas. Estávamos profundamente abertos a essa discussão. Quando ele, de fato, foi votado, não houve, na sociedade, nenhuma crítica importante com relação ao plano. A sociedade reconheceu que aquele plano, se executado, melhora a Educação no Brasil. Quanto ao plano municipal, o relator agora, o Vereador Paulo Fiorilo, está refletindo e a gente está opinando junto em alguns pontos, respeitando tudo aquilo que foi feito. Nós não queremos, em hipótese alguma, jogar fora todo o projeto já discutido e elaborado pela Comissão de Educação e pela sociedade, debatendo o plano. Eu tenho certeza de que será a nossa obrigação e o nosso compromisso fazer com que esse plano aconteça para a cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes, que faz parte da comissão; do Vereador Adilson Amadeu e do Toninho Vespoli, da Comissão de Educação.

Já abrimos as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Janaína Maudonnet.

A SRA. JANAÍNA MAUDONNET – Bom dia a todos. Sou do Fórum Municipal de Educação Infantil. Vou trazer o nosso posicionamento, que está escrito; e vou lê-lo: “O Plano Municipal de Educação é um plano de Estado, não de Governo. Se trata de pensarmos que Educação queremos para nossos bebês, crianças, jovens e adultos na cidade de São Paulo, a médio e longo prazo. Nós, do Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo defendemos propostas aprovadas na Conferência Municipal de Educação de 2010, integradas no substitutivo da Comissão de Educação.

A Conferência de 2010 foi um processo democrático, participativo e que reuniu mais de mil e quinhentos educadores desta Cidade. Entre elas destacamos a meta um: 30% da receita e 5% da Educação Inclusiva e o congelamento do número de vagas conveniadas na Educação Infantil.

Portanto, defendemos a manutenção da redação da meta cinco e das estratégias subsequentes. Entendemos que não se trata de acabar com convênios nem a curto, médio ou 10 anos. Isso não seria possível na cidade de São Paulo, do jeito como está constituída, mas entendemos que é preciso que o Estado se responsabilize diretamente pela educação de bebês e crianças pequenas.

Temos uma média de 70% de atendimento na Educação Infantil de forma conveniada no Município. Essa proporção tem crescido cada vez mais. Essa tem sido uma política histórica no país e na Cidade. Conforme uma pesquisa realizada na Unesp de Rio Claro, a maior justificativa para os governos municipais do Brasil optarem por esse tipo de atendimento reside em questões econômicas e não relacionadas às questões de qualidade.

O atendimento conveniado é bem mais barato do que na rede direta, segundo dados da Fineduca, que é a Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento. O gasto custo/aluno com padrões mínimos de qualidade é de R\$ 733,00 por mês, em 2012, hoje aumentou muito mais. A média hoje do valor de repasse é de R\$ 424,00 para o conveniado. Estou falando de média tanto de um quanto de outro, o que precariza a Educação de bebês e crianças bem pequenas.

E se pegarmos o mapa da desigualdade na cidade de São Paulo veremos que os

convênios se concentram, na maioria, em zonas de menor renda e maior vulnerabilidade. E aí a pergunta: como garantir condições de equidade - como ouvimos hoje - em condições tão desiguais de financiamento.

E vários pesquisadores, como o próprio Secretário trouxe, vão apontar a importância da Educação Infantil, especialmente de zero a três anos para a formação do sujeito, mas infelizmente, como afirmava Fúlvia Rosemberg, São Paulo ainda é uma Cidade hostil aos bebês.

Está na hora de mudarmos esse quadro com compromisso, responsabilidade e contamos com esta Casa e com esse plano municipal para reverter a situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Miriam Cardoso.

A SRA. MIRIAM CARDOSO – Srs. Vereadores, habitantes da cidade de São Paulo, bom dia. Meu nome é Miriam, sou estudante da Faculdade de Direito da USP e também atuante em projeto de educação voluntário, em uma comunidade carente, na periferia da zona Sul de São Paulo.

Li o projeto da Comissão de Educação e queria parabenizar o relator. Há vários pontos positivos, mas quero pedir licença para trazer a Comissão de Finanças a um ponto que se relaciona à Educação, mas que me preocupa muito: a questão de gênero. A pergunta é saber que projeto vocês querem financiar?

Como o Sr. Secretário, Gabriel Chalita, falou: se preocupar com a qualidade da nossa Educação. Minha experiência com a Educação de crianças no projeto voluntário – Projeto vida – já conta com mais de quatro anos. E nesse tempo pude ver problemáticas sendo colocadas nas cabeças dos pequenos, por vezes por meio de uma revista, um professor, uma novela, quando aparecia a palavra gênero eles ficavam confusos. O que é gênero, homem e mulher?

Expressão de diversas formas afetivas, neutralização da pessoa, excessiva fixação na questão sexual, o gênero pode abarcar todos esses significados, entre outros mais absurdos ou diversos. Usar gênero então como atributo da pessoa é destruir a estrutura antropológica íntima do ser humano e principalmente das crianças.

O uso da palavra gênero deixa as crianças mais confusas sem realmente ajudá-las a compreenderem, a entenderem a identidade delas, antes fomentam uma enorme confusão. O papel da Educação deveria ser de fomentar o conhecimento da realidade, não de

desconstituição da mesma, ou neutralização das características psicológicas e biológicas dos meninos e meninas.

Primeiramente, negar a biologia e a psicologia é negar a ciência, a realidade que é buscada pela Educação. O ser humano é composto de facetas e afirmar que o sexo é somente uma construção social é ignorar a influência da biologia, da genética, da mente, é uma coisa muito mais complexa.

Além disso, o Plano Municipal de Educação atinge as escolas de Ensino Fundamental. Introduzir gênero para crianças em idade tão precoce é absolutamente inadequado, uma vez que propõe escolhas com um conteúdo físico afetivo ainda não característico, nem apropriado para a idade.

Diversos pais estão preocupados. Contam que alguns de seus filhos já ouviram que devem experimentar brincadeiras e sentimentos com todos os amiguinhos. Ou então dizem: mamãe, eu sou menino ou menina?

Alarmada com essa situação procurei informar-me com pessoas mais experientes que eu para entender mais sobre o assunto. Falei com diversos professores, alguns recém-formados, outros com 40 anos de carreira em escolas e também com diversos juristas por causa de minha formação acadêmica. A resposta que encontro da maioria é de que gênero faz com que as crianças percam qualquer ponto de referência, o que é devastador para a sociedade.

Não quero criticar o projeto que acho ter muitos pontos positivos, mas queremos, no futuro, adultos em crise e uma sociedade destituída de sentido?

Por isso, proponho essa mudança. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria Beatriz Mata.

A SRA. MARIA BEATRIZ MATA – Srs. Vereadores, convidados, sociedade civil, bom dia, também quero pedir licença para falar sobre esse mesmo tema. Sei que não é o tema da audiência, mas quero falar sobre gênero.

Estou aqui como cidadã, mas acima de tudo como mulher. E uma mulher comprometida com a defesa da igualdade e dignidade entre os sexos. Para isso acho necessário o estabelecimento do respeito às diferenças biológicas e psicológicas entre mulheres e homens.

No último dia 14 estive presente na audiência pública para o Plano Municipal de

Educação e notei o manifesto de três cidadãos a respeito dos males da menção à palavra gênero no plano educacional.

Então vou reforçar esse ponto. Gênero pode parecer uma palavra inofensiva para quem não conhece a ideologia de gênero, o que existe por trás dela e quais são as consequências pretendidas. Gênero é uma palavra que foi resignificada, não é mais sinônimo de sexo.

Então por truques semânticos que disfarçam sua verdadeira intenção, a ideologia de gênero propõe um profundo dualismo a respeito dos seres humanos, em que ninguém nasce homem ou mulher e em que o corpo é separado de sua vontade.

Propõe também uma autonomia de cada um de renegar a sua própria biologia. Os ideólogos de gênero defendem a desconstrução do fato de que as pessoas nascem com sexos biológicos diferentes, portanto, com características diferentes. Dizem que essa diferença é a origem de todas as opressões, de todas as injustiças, por isso deve ser eliminada. Então eles acabam lançando uma guerra contra a própria natureza humana, a natureza dos homens e a natureza das mulheres.

E quem vai sofrer com isso, Srs. Vereadores? As nossas crianças vão aprender que não nascem homens ou mulheres, mas amorfos e que deverão constituir sua identidade de gênero a partir das suas experiências sociais e sexuais. Ou seja, as crianças aprenderão as diversas práticas sexuais, experimentarão de tudo e assim formarão a sua identidade.

Em minha opinião, essa sexualidade precoce e inevitável na ideologia de gênero nunca será a solução para algum problema social a ser enfrentado no plano educacional.

Concluindo, reafirmo com convicção que o bem estar social não se dá pela eliminação das diferenças, mas pelo respeito às mesmas.

Gostaria que os senhores levassem em conta, dessa vez, sendo fiéis ao sentimento dos paulistanos, que não querem o gênero na escola.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. A próxima oradora inscrita é a Sra. Liege e, em seguida, a Sra. Sheila Ceccon.

A SRA. LIEGE – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores. Bom dia, Secretário.

Talvez as pessoas não estejam entendendo muito bem porque está se colocando o termo gênero nesta discussão de Finanças. Apenas para clarear, o Plano Municipal de Educação não é o mesmo Plano Nacional de Educação, em que houve uma discussão muito acirrada e o termo gênero não foi colocado no Plano. O Plano Municipal tem 26 menções à palavra gênero.

Não precisaríamos estar aqui hoje reunidos não fosse por uma iniciativa do departamento de alguma faculdade americana que elaborou o conceito de gênero totalmente inventado por cientistas sociais - sou cientista social formada pela PUC -, sem base alguma na tradição cultural, social ou religiosa de País algum. Totalmente descolado da realidade pela demanda de algumas entidades internacionais poderosas.

Esses teóricos estão pautando, hoje em dia, a nossa discussão e a de vários Legislativos de vários Países. Eles estão fazendo com que as pessoas e os Congressos discutam esse assunto. É algo artificial. Eles pautaram a discussão no Congresso Nacional, que foram acirradas, em que os defensores da família estiveram presentes, com muito trabalho e muita dedicação, para que não fosse aprovado e colocado esse termo no Plano Nacional de Educação. E agora esse Plano Municipal contempla essa palavra.

Peço que antes de tomar qualquer atitude em relação ao Plano Municipal de Educação, conforme esse projeto que se pretende votar nesta Casa, devemos conhecer os fabricantes dessas ideias, que não tem qualquer lastro com a realidade. Essas ideias não têm lastro algum com a experiência comum das pessoas. Isso mostra que foram inventadas, se formos correr atrás, seguindo uma lógica de manipulação e de tentar mudar artificialmente a identidade mais básica do ser humano, que sempre foi indiscutível em todas as culturas e sociedades.

Querem nos fazer crer, por motivos inconfessáveis, que a nossa condição biológica não estrutura a nossa identidade, nossas relações, nossa descendência, nosso futuro como família e como povo. Querem nos fazer acreditar que podemos escolher nossas atitudes, nosso

comportamento sexual sem levar em conta suas consequências, sem nenhum compromisso com a realidade biológica e sem nenhum compromisso com o futuro das próximas gerações.

Isso tudo revestido e ainda querem atingir nossas crianças menores, ensinando e dando a elas orientações sobre sexo.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos concluir, Sra. Liege.

A SRA. LIEGE – Para concluir, desculpe-me, Sr. Vereadores, mas a palavra gênero no Plano é uma grande farsa que está se tentando introduzir no nosso ordenamento jurídico, querendo passar a perna nos Vereadores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Vamos combinar: tenho sido tolerante nos segundos até para dar oportunidade para todo mundo falar. Tenho avisado quando falta um minuto para concluir.

A próxima oradora é a Sra. Sheila Ceccon, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. SHEILA CECCON – Bom dia a todos e a todas. Represento o Instituto Paulo Freire e o GT Educação da Rede Nossa São Paulo.

Em sua fala, o Secretário valorizou o processo participativo e democrático de elaboração do Fundeb, entre outros. Gostaria de reforçar o quão participativa e democrática foi a elaboração desse substitutivo da Comissão de Educação, cujo Relator está na Mesa. Houve um processo bastante amplo de escuta que legitima o texto posto.

Nessa perspectiva, gostaria de destacar a Meta 3, do substitutivo elaborado pela Comissão de Educação, que fala em “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem”. Nessa perspectiva, gostaria de destacar quando se fala em qualidade de educação, nos itens 3.12, 13 e 14, que dizem respeito à Educação e Direitos Humanos. Quando se fala em qualidade, que qualidade é essa? Tem de ser uma qualidade social. A gente precisa conceituar essa qualidade e, nessa perspectiva, a Educação e os Direitos Humanos ganham uma importância muito grande.

As três estratégias que destaco são: implementar a Educação e Direitos Humanos na educação básica e as ações educacionais previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos e no Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos observando as diretrizes curriculares nacionais.

A outra é promover ações contínuas de formação da comodidade escolar em Educação para os Direitos Humanos através da Secretaria Municipal da Educação e em parceria com instituições de ensino superior e universidades, preferencialmente públicas, e desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais de educação, além de cursos de extensão e especialização, mestrado e doutorado, ligados ao tema. E ainda, difundi propostas pedagógicas que incorporem conteúdos de direitos humanos por meio de ações colaborativas entre fórum de educação, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil.

Isso e todas as outras estratégias prevista na meta 3, não são possíveis se não tivermos recursos para isso. Destaco a meta 1 do PL produzido pela comissão de educação, que fala da ampliação dos recursos destinados à educação pública, pelo município para que no mínimo 30% da receita resultante de impostos compreendida a proveniente das transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do Art. 69 da LDB, e ainda 5% no mínimo, em educação inclusiva.

Para finalizar, compartilho com os senhores uma fala de um companheiro de Moçambique que ouvi essa semana: “O direito a uma educação de má qualidade é um presente envenenado”. Deixo como reflexão. O quanto á educação de qualidade precisa ser prioridade no Município.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Henrico Mizase.

O SR. HENRICO MIZASE – Bom a todos. Muito obrigado. Inscrevi-me porque eu já previa uma situação, que acabei de ouvir lá atrás, quando iniciou as falas sobre essa questão de gênero, todos que não estavam habituados, não conhece o assunto já começou a falar em

fundamentalismo, em machismo, e todas essas coisas e o único objetivo da minha fala, mas é falar, que na verdade essa questão de ideologia de gênero não interessa nem ao movimento homossexual, nem o movimento feminista, pelo seguinte fato: foi explicado aqui que a o gênero, a palavra gênero hoje em dia significa a negação de qualquer sexo biológico, e mais do que isso, é a negação de qualquer categorização em termos de identidade sexual. Cada pessoa é um indivíduo que irá construir individualmente a sua identidade de gênero. Arbitrariamente a partir das próprias experiências. Na verdade não faz sentido falar em movimento homossexual, por exemplo, dentro da lógica de ideologia de gênero. Não faz sentido defender as mulheres dentro da lógica de ideologia de gênero, porque não existe o conceito de mulher quando se introduz esse conceito dentro da legislação se esvazia completamente esses outros conceitos. Não faz sentido na verdade, que o movimento homossexual e que o movimento feminista brigue por essa bandeira. Isso daí só vai introduzir mais confusão no nosso ordenamento jurídico, e isso aplicado à educação poder trazer consequências que foram ditas aqui. Não podemos negar de que exista problemas na realidade, inclusive o nobre Vereador Paulo Fiorilo, comentou isso comigo quando conversei com ele, que existe problemas reais, que muitas vezes tem gente sofrendo, vivendo o dramas dentro dessa temática. Não queremos negar que exista essa realidade. Mas só que a solução para essa realidade não é introdução desse conceito ambíguo e confuso dentro da legislação, mas sim o acompanhamento por meio de outra ciência, de psicologia, de educação, caso a caso, focado para conseguir resolver esses problemas, e não com uma legislação abstrata que atinge a todos indistintamente, acreditamos não ser esse o caminho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. João Henrique Garcia.

O SR. JOÃO HENRIQUE GARCIA – Bom dia a todos. Vários cidadãos se manifestaram contrário a implantação da ideologia de gênero no plano municipal de educação aqui da Cidade de São Paulo. Mas para mim os argumentos mais eloquentes contra a implantação dessa ideologia, é a leitura das obras dos ideólogos de gêneros. Separei algumas

citações para ler para os senhores para observar quais são as consequências diretas da implantação dessa ideologia no Brasil. Vou começar por uma citação da Christine William, Presidente da Comissão Feminista Socialista Democratas: “A cultura gay/lésbica pode também ser vista como uma força subversiva, capaz de desafiar a natureza hegemônica da ideia de família. Isso deve, contudo, ser feito de modo que as pessoas não percebam que o estamos fazendo por oposição à família em si mesma. Um simples slogan no sentido de ‘esmagar a família’ pode ser visto como uma ameaça, não apenas para a classe dominante, mas também para as pessoas da classe operária. Para que a natureza subversiva da cultura gay seja usada com eficiência, temos que apresentar modos alternativos de compreender as relações humanas.”

O Secretário Municipal da Educação falou da importância da família. O que vemos nesse trecho, é justamente falando, temos de desmontar a família, se parecer que estamos fazendo isso.

Outra citação é da Shulamith Firestone, Feminista Norte Americana: “Devemos incluir a opressão das crianças em qualquer programa feminista revolucionária. Nossa etapa final deve ser a eliminação das próprias condições da feminilidade e da infância. O tabu do incesto hoje é necessário somente para preservar a família; então, se nós nos desfizemos da família, iremos de fato desfazer-nos das repressões que moldam a sexualidade em formas específicas. Os tabus sexuais com as relações homossexuais ou entre adultos e menores irão desaparecer, assim como as amizades não sexuais. Todas as relações próximas irão incluir o físico”.

Isso é o que os teóricos de gênero estão dizendo...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Calma. Vamos ouvir as intervenções. Uma parte que se inscreveu. Inscreveu-se para discutir essa questão da ideologia de gênero. Não estamos proibindo ninguém de falar. (palmas)

Segunda parte, o tema do debate hoje, é financiamento da educação. Como é uma audiência pública, não estou impedindo as pessoas de se posicionarem. É óbvio que o relator irá levar em consideração todo o debate, inclusive esse que é o específico de hoje.

Não controlei as inscrições. As inscrições foram abertas e encerradas.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Calma. Ele vai concluir, estou garantindo o tempo dele. Só estou explicando qual o método do debate, só isso. Está claro? (Pausa)

Então só passando para a conclusão do João Henrique, por favor.

O SR. JOÃO HENRIQUE – Vou terminar com uma fala de Alice Butler que, como vocês sabem, virá para o Brasil agora e que forma o movimento feminista brasileiro. E olha só o que ela disse: “A identidade do sujeito feminista não pode ser o sujeito da política feminista se a formação desse sujeito ocorre dentro de um campo de poder que o aprisiona através da afirmação dessa formação. Paradoxalmente, a representação do feminismo somente poderá fazer sentido se o sujeito mulher não for assumido de não modo”. Ou seja, na prática, ela está negando que exista mulher. Como você pode defender a mulher se você nega a existência desse sujeito? Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Próximo orador é a Sra. Maila e, em seguida, a Sra. Andrea Medrado, por três minutos cada uma. Peço silêncio para que possamos concluir o debate.

A SRA. MAILA – Bom dia, Srs. Vereadores, Sr. Secretário. Meu nome é Maila, sou advogada, militante, mãe de dois filhos e estou aqui, hoje, para defender o aumento do recurso no financiamento mesmo da Saúde e da Educação.

E, com todo respeito, venho defender isso também para falar da questão da ideologia de gênero.

Venho pedir aos Srs. Vereadores que a introdução da ideologia – esse plano

malévolo – não seja acolhido.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal, por favor, silêncio.

A SRA. MAILA – Sou mãe de dois filhos. Entendo que o respeito ao sexo, à ideologia e à educação moral deve ser trabalhado em casa, e não delegado a critérios arbitrários de escolas, cartilhas e professores.

Venho aqui em nome da indignação que tive, há poucos dias, com a possibilidade, agora, de homens e mulheres frequentarem banheiros públicos aleatoriamente, como estão querendo, causando até insegurança social às mulheres, às crianças.

Portanto, venho bater nesse ponto: para que medidas como essas não sejam renovadas, com a loucura de ideologistas, com loucuras mórbidas, trazendo isso para a cabeça das crianças, da sociedade e das famílias, que serão prejudicadas com isso.

Somos todas nós, mães, mulheres, profissionais, que seremos prejudicados, os pais com crianças confusas, inseguras emocionalmente, porque nem o próprio sexo tem isso como certo. Vamos cuidar disso, por favor, Srs. Vereadores.

Precisamos trabalhar a favor da família também. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Por favor, Sra. Andrea Medrado. São três minutos, vou te avisar quando estiver faltando um. Depois, a próxima oradora será a Sra. Leonor.

A SRA. ANDREA MEDRADO – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sr. Secretário, sociedade civil, bom dia.

Sou Andrea, sou professora, quero agradecer ao Sr. Secretário, pois, durante tanto tempo, tem olhado para os professores de maneira mais especial e, como professor, sabe como temos sofrido as agruras, como indigentes, dentro desse sistema educacional que temos.

Então agradeço. Muito obrigada pelo seu trabalho, por nós, professores.

Quero dizer que, em 2013 e 2014, estive em Brasília, durante as discussões do

Plano Nacional de Educação. Tivemos amplas e exaustivas discussões, de fato, a respeito disso. Depois de muito tempo, o Secretário, na época Deputado, acompanhou isso e é testemunha do ocorrido. A sociedade participativa, e aí basta perguntar para os senadores, para os deputados federais, o quanto a sociedade participou disso. Aí foi aprovado o substitutivo do PNE, que tirou a ideologia de gênero e orientação sexual do Plano.

Aí, qual não foi a minha surpresa, olhando e lendo o Plano Municipal de Educação, porque tudo voltou. O CONAE, não sabemos se, por descuido ou intencionalmente, trouxe o gênero, trouxe o texto que foi rejeitado em Plenário Federal.

O meu questionamento é esse, quero, como professora, que haja, de fato, um aumento do dinheiro para a educação. É óbvio que queremos isso. Estou lá na sala de aula todos os dias, dou aula para o ensino fundamental e para o ensino médio. Acompanho as angústias das minhas crianças. Quem é professor sabe disso. Sei o que eles passam.

É preciso investir arduamente na educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

A SRA. ANDREA MEDRADO – É preciso que seja também investido na verdade. Nós sabemos que no Plano Nacional de Educação isso não tinha, nós queríamos, de fato, uma explicação, por que a reinserção desses termos num plano que foi, de fato, rejeitado no Plenário?

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado.

Próxima, a Sra. Maria Leonor, depois a Sra. Amanda.

A SRA. MARIA LEONOR – Bom dia caros membros da Mesa, bom dia plenário, eu gostaria de começar falando como mulher, tenho 45 anos; como mãe, tenho cinco filhos; como educadora, sou professora há mais de 25 anos. Quero deixar aqui uma pequena reflexão.

O processo educativo e formativo dos filhos é um direito inegociável da família. Está lá no artigo 5º, da Constituição, como bem lembrou o Secretário. Não podemos terceirizar isso.

A formação dos valores e da identidade cabe aos pais, só assim podemos construir uma sociedade que, de fato, respeite a diversidade e a pluralidade. Porque cada família é única e singular, com seus diferentes hábitos e culturas. Não podemos deixar que uma ideologia totalitarista entre destruindo e desrespeitando como cada família acredita ser o melhor para os seus.

Então falar sobre os sentimentos, os afetos e sonhos é papel dos pais, não podemos terceirizar. O mal dos nossos tempos é que os filhos e pais andam sem tempo de conviver e aprender uns com os outros.

Impedir que os pais possam ajudar os seus filhos nas suas escolhas, é um tiro no pé da própria sociedade. A família, como primeira célula da sociedade, é o lugar e o espaço ideal para que ela se desenvolva, de forma segura, tranquila e cheia de afeto.

Se a escola ou o Estado tentar roubar dos pais esse direito e dever a sociedade implodirá. Vejamos como andam as crianças e jovens que cresceram sob a tutela do Estado, vejamos. A escola deve estar comprometida com a ciência, com a cultura e a sociedade, não deve ser tecnicista, deve garantir a formação integral...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

A SRA. MARIA LEONOR –... Humanista, fazendo uso das artes, da Literatura e da tecnologia para formar cidadãos solidários, honestos e éticos. Mas, com a implementação da ideologia de gênero, não há mais essa possibilidade de sonhar e de se imaginar um futuro e lutar para construí-lo. Porque sem saber o que são, homem ou mulher, como podem imaginar o que poderão fazer para si, para o próximo e para o coletivo?

Hoje vejo colegas amedrontadas com a fumaça que começa a impregnar as escolas: crianças inseguras, sem autoestima, com complexo de patinho feio, famílias desorientadas. A escola e família em litígio, em choque. As crianças estão sendo jogadas como

batata quente e o Estado não pode ser o agente disso. Deve seguir a Constituição e retirar a palavra “gênero”. Sou formada em artes cênicas pela ECA-USP e sei que a vida não pode ser tratada como um palco, como um teatro, onde cada um escolhe ser um personagem, quando temos um ator que não consegue sair de um personagem, dizemos que ele sofre de uma patologia, porque todos nós temos de volta àquilo que somos. Não podemos passar a vida inteira representando, se não vamos parar no divã.

Queremos uma sociedade doente? Sem identidade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Amanda, que é da Ação Educativa, em seguida, Maria Benedita, do Sinesp.

A SRA. AMANDA – Bom dia a todos. Quero agradecer a fala do Secretário, que foi muito esclarecedora, trouxe elementos importantes sobre o Plano Nacional de Educação e quero começar por aí. Para que o Plano e todos os avanços que ele aponta sejam de fato implementados, a gente precisa trazer essas garantias para os planos municipais e estaduais de educação e o Plano Municipal de Educação aqui de São Paulo aponta algumas estratégias nesse sentido e quero reforçar algumas delas. Vou frisar as prioridades para educação aqui em São Paulo que justificam a necessidade de ampliação de recursos só para destacar algumas delas.

Só respondendo a essas prioridades a gente vai poder dar conta de dívidas históricas da educação que temos no município mais rico da federação em termos econômicos. Trazer três aspectos: a necessidade de ampliação de vagas que ainda temos. É uma desigualdade de acesso, então, crianças de quatro e cinco anos, no ano que vem, vence o prazo de que todas estejam matriculadas, sabemos que a realidade não é essa. E há desigualdades muito grandes no território. No caso, das crianças de zero a três anos existe a necessidade também da ampliação de vagas, sabemos que só esta gestão não vai dar conta, mas é fundamental prever recursos para que isso seja efetivado. Sem deixar também de falar da educação de jovens e adultos, pois temos mais de 280 mil adultos analfabetos na cidade de

São Paulo.

A segunda questão é garantir condições de qualidade. Um dos mecanismos que é a redução do número de estudantes por turma exige mais recursos para a educação aqui na Cidade. A equalização do atendimento. Vou passar a fala para Ana. Só quero destacar cinco aspectos para o financiamento da educação aqui na Cidade. A ideia não é disputar com outras áreas, mas existem, sim, mecanismos para que a gente tenha recursos como a ampliação do PIB e São Paulo pode contribuir com isso, a implementação do Caqui, no ano que vem, a regulamentação, que já foi feita, do IPTU progressivo, um maior controle social e fiscalização para evitar a sonegação fiscal, a renegociação da dívida ativa, que foi uma liminar concedida em abril desse ano pelo Tribunal de Justiça, também concederá mais recursos para o município e a necessidade de se regulamentar os royalties do petróleo e do pré-sal.

A SRA. ANA – Bom dia a todos. Sou do Fórum Municipal de Educação Infantil, sou doutora em psicologia, quero só para a gente voltar a pauta desta Comissão, que é muito importante, até para podermos avançar. Esse Plano de Educação tem de estar na rua. A partir de julho, e o Secretário sabe a quantidade de trabalho que nós temos pela frente. Por favor, faça um destaque que Mesa encaminhe os trabalhos dessa Comissão que é uma Comissão financeira. Lembro aos colegas que estão aqui defendendo a submissão da palavra gênero, ou defendendo a família que hoje neste país, século XXI, nós temos diferentes arranjos familiares e nós educadores temos de aprender a respeitar esses diferentes... Para concluir é preciso respeitar os 20 anos de debate que fizemos respeitando os arranjos familiares que existem hoje neste país e em diferentes países do mundo.

A SRA. MARIA BENEDITA – Bom dia a todos os presentes. É um prazer imenso ter registrada a sua presença aqui, Sr. Secretário, hoje, porque era uma presença que ansiávamos muito. Você fez menção a dois planos na sua fala. Teve um momento que você se referiu à meta 20, mas a meta 20 não está no substitutivo da Educação. Encerra na meta 13. A 20 é do projeto original e o projeto original quando veio para esta Casa não tinha uma linha de

financiamento e isso nos preocupou muito porque não falava de financiamento.

Tinha um monte de metas, estratégias, que não sabíamos de onde sairia o dinheiro para acontecer e foi ressaltado o grande trabalho feito pela comissão de educação, o relator está aí na Mesa, que é o Vereador Toninho, e você fez menção a tudo que envolveu, toda a participação e isso é muito interessante. Eu ainda continuo com preocupações.

A única coisa que não tem preocupação no que você falou é que o gestor, ao executar um orçamento, tem de ter a preocupação com o que ele vai gastar. Ele tem de gastar no que for de melhor qualidade para a Educação. Creio que nenhum dos planos que estão tramitando tem alguma coisa que seja nociva à Educação. Então, esse quesito já está liquidado, buscando a qualidade. Acho que isso é ponto pacífico.

Agora, eu gostaria que depois você pudesse falar porque o que ficou claro: enquanto não houver um pacto federativo que diga de onde vem um recurso não dá para se efetivar um plano. Se ainda não foi votada uma legislação desse regime de colaboração nós vamos ficar só no plano das intenções? No sonho, como você ressaltou? Gostaria de ter essa resposta. E que seja antes da plenária final porque não queremos ser surpreendidos na plenária se estamos aprovando uma carta de intenções, um sonho, ou que é melhor para São Paulo.

A SRA. IRACI FERREIRA – Bom dia a todos. Pertencço a um movimento de educação chamado Mova São Paulo que foi criado nesta Cidade pelo professor Paulo Freire. O Mova São Paulo é um programa que faz educação dos jovens e adultos junto com a Prefeitura. O movimento do Mova foi da sociedade civil, trazendo a demanda da Prefeitura e pensando em atender o que diz a Lei de Diretrizes e Bases, que todos têm direito à educação, principalmente, o que não foi falada aqui, que é a educação de jovens e adultos.

Toda a vez que temos uma plenária nós falamos da educação das crianças, das creches e nos esquecemos daqueles que há mais tempo estão sem estudar. Sr. Secretário, no Plano Municipal de Educação está inscrito que uma das formas de atendimento é o Mova. Só

que temos de perguntar para o Secretário se se pretende atingir a meta que está no plano, sem a colaboração da sociedade civil e das entidades, não vai se chegar a essa meta. Quando eu falo isso, estou falando da educação dos jovens e adultos e do atendimento que se dá nas creches. Sem a colaboração da sociedade civil não sei como a Prefeitura de São Paulo.

Eu não sei como é que a Prefeitura de São Paulo vai atingir as suas metas e sem que tenhamos realmente um efetivo financiamento para a educação dos jovens e adultos também como se vai chegar a essa meta.

Estamos passando por uma discussão do marco regulatório e que vai demandar uma nova portaria que vai regular as parcerias da sociedade civil com a Prefeitura. Do jeito que as coisas estão caminhando e nós trabalhamos nas periferias, nas favelas, onde as escolas não chegam. É lá que estamos para incentivar essas pessoas que cheguem até a escola e, do jeito que estamos vendo que as coisas estão sendo encaminhadas, parece que é para que todas as parcerias entre o município e a sociedade civil sejam extintas.

A SRA. CRISTINA – Bom dia a todos, à Mesa, ao Sr. Secretário. Comungo da mesma preocupação da Bene. Quero destacar algo que anotei da fala do Secretário Chalita em relação a uma dúvida. Por três vezes o senhor falou: “se o Plano for implementado”. Eu me preocupo com essa questão porque quando se pergunta esse tipo de coisa, esse tipo de questão, é porque existe descrença nas instituições democráticas. Não estou falando que o Secretário é descrente das instituições, mas, quando se levanta esta dúvida, é porque a gente tem alguma questão que nos faz desacreditar desse processo democrático.

Alto essa fala à questão colocada também da descontinuidade. Não podemos ficar à mercê de descontinuidade partidária porque só causa empecilho para o trabalho de quem fica e de quem trabalha diuturnamente nessa questão da implementação das políticas educacionais. Na fala de 1940 diziam: “não conseguimos fazer as coisas da noite para o dia” (1940 a escola de tempo integral na Bahia), acho fundamental, mas quando falamos que não se consegue fazer as coisas da noite para o dia faz tempo que estamos no “da noite para o

dia”.

Eu tenho 29 anos de educação e a gente sempre usa o argumento que não podemos fazer as coisas da noite para o dia. Isso é preocupante. Encerro a minha fala do professor Mario Sérgio Cortela, no seu livro, “Ética e vergonha na cara”, que faz uma pergunta: “Qual o resultado que torna justo o caminho?” “De uma pesquisa pragmática e utilitarista poderíamos afirmar que se chegamos ao caminho que queríamos, o caminho foi justo. Isto é, se a nossa meta era algo que fixamos e nós atingimos, isso confere justiça ao caminho que percorremos. Na verdade, acho que do ponto de vista ético é exatamente a justiça do lugar ao qual queremos chegar que fará que utilizemos apenas meios justos para alcançá-lo.”

Então eu peço que a gente veja o prazo e alcance essa meta no caminho justo que viemos percorrendo há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Soraia, e depois Maria Lúcia da Silveira, da Secretaria de Mulheres.

A SRA. SORAIA – Bom dia a todos. Primeiramente, quero me congratular fortemente com a fala do Secretário, que, mais do que uma fala, foi uma aula histórica que trouxe em síntese as lutas que viemos empreendendo para aqueles que acreditam que a educação é um lugar possível, urgente e necessário.

Em relação a essa questão que foi colocada quero dizer que fiquei feliz em ver alunos e alunas de pedagogia das universidades. São meninos e meninas que vão ocupar um lugar na sociedade e espero que sejam pessoas que tenham vinculação orgânica porque nem sempre a academia forma e as pessoas vão para o movimento. Quero ver vocês no movimento, continuando a melhorar o século XXI, que tem muito a ser melhorado pelo que temos visto.

“Ser um homem feminino, não fere o meu lado masculino”, é uma música da minha geração e eu acho que a questão que está posta de gênero é para que haja respeito à dignidade humana e as pessoas têm de ter direito a isso. Quero manifestar o meu luto e

compartilhar com vocês esse luto porque neste último sábado perdemos um funcionário do Ceci Krukutu atropelado na estrada e, infelizmente, não foi atendido pela pessoa que o atropelou e foi embora. Então, eu gostaria de deixar registrado que a população indígena que vem sendo tão bem atendida pelos Cecis nas três aldeias da Cidade conferiram dignidade na forma que vinham vivendo, aliados dos seus direitos fundamentais.

Faço menção a esse destaque e digo que efetivamente a questão étnico-racial, que está pautada no Plano com essa perspectiva de conseguir auferir aos direitos dos excluídos a possibilidade de através da educação ter a cidadania que lhes foi negada. Acho que a Comissão de Educação e todos os parceiros que vieram contribuir com essas discussões desde o ano passado, em especial, as audiências deste ano estão de parabéns por terem deixado um pouquinho da sua agenda prioritária, como é o caso de muitos aqui, para estarem vindo dizer para Câmara Municipal que chega de discutir o imponderável.

O Plano Municipal precisa ser votado porque é com o Plano Municipal que vamos conseguir fazer a Cidade continuar tendo a dignidade que merece.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – Sou Maria Lúcia da Silveira. Sou da Secretaria de Política para as Mulheres, assessora de ações temáticas, sou doutora em sociologia em relação de gênero e cidadania, na PUC.

Quero argumentar a favor de algo que ajudamos a construir para inserir no Plano Municipal de Educação a discussão de gênero. Esse debate de que discutir a identidade de gênero destrói a família é um equívoco muito grande. Vocês não sabem que se na escola tivemos essa discussão desde a infância, vamos construir uma masculinidade e feminilidade igualitária, como diz a nossa Constituição: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – As pessoas deviam estudar um pouquinho antes de gritar barbaridades. Gênero não é uma ideologia, gênero são relações sociais que se

constroem na sociedade, que educam no que é ser homem e ser mulher, o que é o masculino e o feminino. Vocês respeitem a minha palavra, por favor, vocês estão equivocados. O que destrói a família é a violência intrafamiliar. Quem idealiza a família, a maior parte da violência doméstica e sexual que acontece é dentro da família. Quem vai se contrapor a isso, se não há uma educação igualitária na escola, a formação de professores com repertório cultural capaz de defender a igualdade entre meninos e meninas; capaz de discutir a sexualidade, o respeito? Em todos os países do mundo onde houve a educação para a sexualidade, a violência e o abuso sexual que ocorre dentro da casa?

Quantos pastores não abusaram de meninas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Um minuto.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – Quantos padres não abusam? (Palmas) Se as escolas, se os professores são bem formados – como preveem os temas transversais – para dialogar; se os professores tiverem formação continuada em gênero e educação em sexualidade, eles vão ser capazes de construir uma sociedade mais justa, com igualdade para meninos e meninas.

E não só na parte desta família. No mercado de trabalho. A escola é responsável pela trajetória escolar de meninos e meninas. Existe uma pedagogia oculta de gênero que leva as meninas para profissões consideradas menos remuneradas. Essa é uma questão muito mais complexa. As mulheres ganham, em São Paulo, 1/3 a menos do que os homens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Para concluir, por favor.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – Por quê? Porque as mulheres são ensinadas a ficarem restritas num campo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – Porque a escola tem uma pedagogia oculta que leva a isso.

- Palmas e vaias na galeria.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal,...

D. Maria Lúcia, para concluir, por favor.

A SRA. MARIA LÚCIA DA SILVEIRA – As vaias me honram. Quero ter direito a concluir. O Secretário-Geral da ONU, a Unesco, a ONU Mulheres - e esteve, em São Paulo, esta semana, num seminário internacional de cultura da violência - recomendam fortemente uma educação para a igualdade, desde a infância, na escola. Só isso pode prevenir a violência na sociedade e uma masculinidade hegemônica que tortura as mulheres, que violenta as mulheres.

Ninguém viu uma jovem estuprada no banheiro da escola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, D. Maria Lúcia.

- Palmas e vaias na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal, quero combinar com todos os companheiros e companheiras, professores, sociedade civil presente: fizemos duas audiências e conseguimos concluí-las porque ouvimos as várias posições e os temas que foram pautados.

Quem veio aqui para fazer a defesa contra a ideologia de gênero foi ouvido. Agora se inscrevem aqueles que vieram para fazer o debate sobre finanças ou financiamento da educação, ou para se posicionar contra quem defendeu.

Então, queria que todo mundo aqui entendesse o processo. Tenho sido justo em controlar o tempo, em permitir as falas. Quando reclamaram que só falavam de ideologia de gênero, eu disse àquele: “Vamos ouvir os outros também”.

Então, queria combinar aqui o jogo. Estamos concluindo. Ainda temos mais umas cinco pessoas e, depois, vamos ouvir os dois ou três Vereadores que quiserem fazer uso da palavra e o Secretário para tentarmos terminar à 12h, combinado? Difícil? (Palmas) Obrigado!

Próximo, agora, Arnaldo, da Aprofem; depois, Dulce Maria, Secretária Adjunta.

O SR. ARNALDO – Bom dia. Sou da Aprofem - Sindicato dos Professores e

Funcionários Municipais de São Paulo.

Inicialmente parabeno o Vereador Toninho Vespoli, que atendeu aos reclamos do pequeno grupo que restou da Conferência Municipal em retomar os trabalhos de relatoria – ou iniciar os trabalhos de relatoria – do Plano Municipal de Educação.

A tensão hoje aqui existente poderia estar até talvez... Poderia ter sido menor se, nos reuniões que foram feitas ao longo de todo esse processo, houvesse mais pessoas presentes. Ficamos em reunião, às vezes, com quatro, cinco pessoas.

O Sr. Secretário falou das dificuldades dos Estados e Municípios em atender as próprias demandas educacionais. Falou também de elevação de 5% para 10% dos recursos.

Queria chamar a atenção aqui ao que já vi anos atrás, em gestões anteriores, no final de um ano de trabalho, ouvir, em sessão de Vereadores: “Terminamos o ano e houve sobra de verbas na Educação”. Numa época em que estávamos - aliás, atravessamos até hoje, agora nem tanto, melhorou um pouco – nessa bendita história do 0,1 aí.

Escolas, em gestões anteriores, também com falta de material – e não vou nem me estender aqui no que falta -, mas parece inconcebível devolver a verba quando há muita necessidade, quando há muita coisa para ser feita, a começar pela valorização de quem trabalha na educação. Parece que algo está errado aí. Então, nosso apelo é que as verbas sejam bem vigiadas e bem controladas.

Outro item é de somenos importância. Acabei até de olhar no projeto 425. Lá consta Plano Decenal 2011-2020. Desculpem a ignorância: isso não deveria ser alterado? Como planejar para uma época que já foi?

São esses os pontos que eu tinha a colocar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Arnaldo.

Próxima, Dulce. (Pausa) Então, vamos lá: próximo, Laerte Brasil, da Unesca.

O SR. LAERTE BRASIL – Unesca é uma universidade que está sendo organizada, um órgão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – OK. Vou lhe passar para seus três minutos.

O SR. LAERTE BRASIL – Beleza.

Um dos grandes eixos de sustentabilidade do milênio das nossas centrais são Educação, Esporte e Cultura. Sou Presidente da Confederação Geral do Trabalho dos Esportistas do Brasil – uma Confederação que emprega técnicos, treinadores e profissionais da educação física, arbitragem e atletas de todas as modalidades de desporto, constituída há 60 dias no País. E foi nessa ótica de visibilidade que apresentamos o projeto de construção dos CEUs aqui na cidade de São Paulo - apresentamos dois anos antes de Marta sair candidata.

Mas, infelizmente, vamos dizer, a política... Temos também uma tese para se formar uma nova sociedade, para o mundo não desabar no empreendedorismo: é preciso se investir em políticas públicas do novo cidadão que são a criança, o adolescente e a juventude. E, ao longo desses anos, não houve esse investimento de políticas públicas.

Só de 88 até agora, foram assassinados a balas 1,115 milhão de jovens nessa faixa etária, pelo tráfico de drogas e autoridades que colocam essas crianças para fazer crimes, para haver crimes no País e, depois, ir matando como queima de arquivo. Só no Rio de Janeiro, são 245 menores, numa faixa etária de oito a 18 anos, adotados pelo tráfico de drogas. Só aqui na cidade de São Paulo, são 65 mil. Vejam o absurdo que temos de políticas públicas omissas pelas autoridades constituídas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

P – Para encerrar - não vai dar para falar tudo devido ao tempo -, as nossas centrais combatem quaisquer crimes raciais. Agora, não concordamos com cotas para negros, nem para... Concordamos com cotas, sim, para as populações indígenas, pessoas com deficiências de mobilidade ou mobilidade reduzida. Esses têm direito a cotas. Não vamos criar vantagem só porque sou pardo, ou sou negro, ou branco, ou de outra cor para levar vantagem em relação a cidadão de outra cor.

Defendemos políticas públicas iguais, salários iguais para homens e mulheres. E,

para encerrar, defendemos 10% do PIB para investimento na Educação do País. E também somos contra a inserção da palavra "gênero" no Plano de Saúde, porque isso é uma verdadeira aberração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado.

P – Era o que tinha a dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O próximo é Marcos Mendonça, por três minutos; depois, João Kleber e, por fim, Maria Cláudia. Aí encerramos essa parte das inscrições.

O SR. MARCOS MENDONÇA - Bom dia a todas e a todos.

Fiquei surpreso hoje, mais uma vez, com esse debate sobre o que a escola deve fazer ou como ela deve formar as pessoas. Também é um debate hoje sobre recursos para a educação, sobre o financiamento da educação, e o debate ideológico sobre o que a escola deve ser. É um debate que retornou, parece, com muita força, principalmente em tempos em que a educação passa por uma crise sobre o que deve acontecer, como ela deve ser feita na sociedade brasileira.

Bem, é óbvio que os recursos que o Município tem são insuficientes para as tarefas demandadas. Acho que buscar novos recursos é um dever de todos que buscam implementar esse Plano. Acho que a sociedade civil participando, mas efetivamente uma tentativa também de aumentar a possibilidade de quem tem recursos financeiros financiar a educação deva ser uma preocupação do Plano, assim como pensar que a execução desses recursos depende efetivamente do profissional lá na escola, na preocupação do financiamento de educação, a formação do profissional de educação e as oportunidades de formação devam estar previstas, o quanto no plano deve ser gasto com isso, principalmente em áreas da Cidade onde esse profissional não existe, onde esse profissional passa por lá, sai fora e vai para outras regiões da Cidade.

Então, o Plano Municipal de Educação deve efetivamente estar preocupado com e

ele deve oferecer oportunidades de educação e quais os recursos que vão ser gerados para formar esse profissional de educação. Refiro-me às áreas mais distantes da Cidade, onde esse profissional ainda não existe, onde as famílias não puderam formar os seus próprios profissionais de educação alocados nos locais de trabalho. Então, recursos dessa direção devem ser destinados, porque temos *deficits* de profissionais de educação nessas áreas, e a cada concurso que a Prefeitura faz esses profissionais passam por lá e não ficam nesses locais. A preocupação do Plano com esse aspecto da formação docente parece-me fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Marcos Mendonça. Tem a palavra João Cléber por três minutos.

O SR. JOÃO CLÉBER – Vou começar citando um ditado africano que diz que é necessária toda uma aldeia para educar uma criança. A Constituição brasileira consolidou que a educação é responsabilidade da família e do Estado. Então, não é possível que o Estado se furte a certas responsabilidades.

Em São Paulo, temos consolidado – e citarei como exemplo a rede CEU – ação de políticas intersetoriais. Temos um CEU que integra as políticas de cultura e esporte, e entendo que a gente precisa avançar ainda mais nessa intersetorialidade, inclusive aí os setores de saúde e assistência social. A criança que está no CCA é a mesma criança que está na escola da rede municipal, e a rede municipal, nos últimos anos, é aquele que se ampliou para a periferia, para as partes da Cidade onde se encontra a população mais carente.

A discussão do financiamento da educação não pode retroceder. Temos que reconhecer a manutenção e o desenvolvimento da educação, mas também a educação inclusiva. É necessário que haja recursos que consolidem tanto o aspecto da manutenção e do desenvolvimento como o da intersetorialidade, e isso não consta no último substitutivo apresentado. Esse é o debate que eu gostaria de pautar em relação ao financiamento.

Em relação ao que foi dito aqui, entendo o País não está num processo de

recrudescimento de diminuição do número de estupros, de violência sexual contra crianças e adolescentes. Não podemos, portanto, negar à escola o papel de prevenção e de educação em relação a essas questões. Acho que em relação a isso há um debate equivocado acontecendo ao se negar que a escola possa fazer essa discussão. É evidente que também é papel da família. Tenho quatro filhos, sou formado pela PUC. Entendo que o principal aspecto a ser considerado é se trabalhar a tolerância, não o contrário. Em relação a esse debate que está havendo aqui, o que estamos observando é justamente o contrário.

Saúdo a Irlanda, um país católico que acabou de aprovar o casamento entre homossexuais e de reconhecer “as” famílias, não mais somente um único modelo que infelizmente tem sido muito violento com as mulheres e com crianças. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – A última inscrita é a Maria Cláudia, do CPP.

A SRA. MARIA CLÁUDIA – Primeiramente, parabênizo o relator e toda a Comissão de Educação por esse plano, que pode ter algumas questões a serem melhoradas, mas que conseguiu exprimir realmente as demandas, conseguiu desenhar o que nós precisamos para a escola que queremos para os nossos filhos. Por isso, parabéns.

Parabéns também ao Vereador Paulo Fiorilo por esse espaço democrático de discussão, que instigou, inclusive, à tomada de posição de outras pessoas, porque o evento foi transmitido ao vivo, pudemos assistir a ele no CPP e vieram à tona muitas questões.

Professor Chalita, é um prazer revê-lo. Realmente, sua vinda hoje foi muito importante.

Já que todos se qualificaram, sou professora de história formada pela USP. Tenho um filho, do qual muito me orgulho, psicólogo especialista em dependência em álcool e drogas e também participante do projeto Literatura de Berço.

Acho que o filho maravilhoso que tenho foi graças a nós nos mantermos sempre fiéis em nossa família aos nossos princípios democráticos, de tolerância e também à busca de novos conhecimentos e de entendimento de como é o mundo hoje.

A discussão hoje foi muito boa porque, mais do que nunca, mostrou a necessidade de os Vereadores e de o Secretário de Educação abrirem o coração, fazendo-o fiel aos princípios democráticos. Para que consigamos isso, o plano tem que dar toda sua atenção ao financiamento. Infelizmente, não pudemos falar muito do custo aluno/qualidade, mas é fundamental a implantação desse indicador como parâmetro para tratarmos de todo o financiamento da educação municipal, que é de todos e de todas – de todas as famílias, independente da forma como elas hoje se apresentem; de todas as pessoas, independente de suas orientações sexuais, religiosas *etc.*

Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agora, passaremos a palavra aos Vereadores presentes. Tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes, membro da Comissão.

O SR. RICARDO NUNES – Quero só dizer que ficamos muito felizes quando há muita gente na Casa, porque conseguimos escutar várias posições.

Quero dar destaque à fala da Amanda. Tenho dito aqui que precisamos começar a discutir as finanças da Cidade, a Cidade discute muito pouco suas finanças. Houve uma renegociação da dívida conseguida pelo Prefeito, de mais de 60 bilhões para quase 30 bilhões, que ele teve a coragem de deixar como ação na justiça. Para vocês entenderem, pagamos em abril 100 milhões a menos do valor que a Prefeitura teria que pagar da dívida com a União. Sem recursos, não há como fazer avanços na educação ou em outras áreas. Tudo depende dos recursos. É importante frisar isso a vocês educadores, que é fundamental inclusive discutir isso com os alunos e dentro do sindicato essa questão das finanças da Cidade, porque é a partir daí que conseguimos avançar e materializar coisas. No mais, quero parabenizar a todos pelo encontro e dizer que eu particularmente estou feliz por ver a Casa cheia hoje. Obrigado, Secretário Chalita, meu irmão, sempre presente nas comunidades e nas escolas. Acho que isso ajuda bastante. Agradeço também ao relator Paulo Fiorilo e ao Vereador Toninho Vespoli e a todos os presentes. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Cumprimento o Secretário da Educação, os Vereadores Ricardo Nunes e Paulo Fiorilo e todos os demais presentes, colocando suas convicções e ideias. Isso expressa o que é a nossa sociedade: uma sociedade de conflitos.

Fico muito tranquilo com esse debate. Sou cristão. Minha formação é na São Pedro Apóstolo, da região de Belém. Tenho muitas convicções do Cristo em que acredito. O Cristo em que acredito é o Cristo da partilha, da tolerância e do amor. Como vou prejudicar ou julgar outras pessoas a partir das minhas convicções? Meu Cristo andava com os meus desajustados da sociedade, os mais oprimidos – prostitutas, doentes e leprosos. Esse é o meu Cristo, o Cristo do perdão e do amor.

Tenho que partilhar uma sociedade e pensar questões que caminhem por essa via. Existem várias pessoas que falam em nome de Cristo, como o ex-Presidente Bush, que fazia guerras em nome de Cristo, levava a Bíblia, abria a Bíblia e a citava para massacrar um monte de crianças no Iraque. Fico pensando de qual Cristo estamos falando: de um Cristo que é tolerante às divergências, ou um Cristo que quer colocar um único modelo para as pessoas.

Se formos discutir concepção de família, me pergunto de que concepção de família estamos falando.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal, a gente fez um acordo. Vamos ouvir o orador. Vereador Toninho Vespoli, já descontamos seu tempo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bem, eu escutei todas as pessoas até o momento, porque, graças a Deus, meu pai e minha mãe me deram educação. (Palmas)

As famílias de que estamos falando são mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos, porque não têm marido, e perfazem 30% do total das famílias. É para essas famílias que temos que olhar, que são as mais sofridas. Segundo os dados disponíveis, hoje a maior

concentração de abuso sexual vem das famílias, de tios, de pais...

- Manifestações na plateia.

O SR. TONINHO VESPOLI – É só pegar as estatísticas. E de que famílias estamos falando? Se pegarmos também as estatísticas recentes sobre as mulheres que são mortas, veremos que são assassinadas geralmente pelos companheiros, por pessoas com quem vivem cotidianamente. É também dessas famílias que estamos falando.

- Manifestações na plateia.

O SR. TONINHO VESPOLI – Não estou dizendo que a família é um mal. O que estou falando é que temos que discutir as relações humanas na perspectiva de uma família, derivando daí diversos formatos de família, diversos arranjos. Esses, temos que respeitar, porque não podemos impor padrões às pessoas.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Minha senhora, eu já pedi...

O SR. TONINHO VESPOLI – O engraçado é que ouvi o tempo todo hoje falarem de ideologia de gênero, como se a gente já quisesse já fazer algumas coisas com as crianças. Não. Falo da minha experiência como professor. Quando dei aula na Fazenda da Juta, havia um menino homoafetivo. Quando ele e os colegas de classe se encontraram na balada, os próprios amigos de sala encheram ele de porrada. Essa é a vivência das periferias.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Pessoal, vou de novo pedir respeito ao orador.

O SR. TONINHO VESPOLI - O que está no Plano Municipal de Educação é a identidade de gênero, é o respeito às diferenças. Se vocês aqui não sabem, a maioria dos alunos homoafetivos acaba desistindo da sala de aula, porque esses alunos não aguentam a pressão e a opressão cotidiana. Quando falamos da identidade de gênero, é questão de respeito humano ao direito de a pessoa poder, sim, estudar e não ser oprimido por conta das

opções que fazem na vida.

Para terminar, Secretário, quero agradecer-lo pelas suas reflexões bastante eloquentes e lúcidas. São Paulo contribui com 11% do PIB da nação, é a cidade mais rica. O que sai daqui é reflexo para todas as cidades. Então, se não aumentarmos a verba de educação, isso será um parâmetro para todas as cidades do Brasil fazerem o mesmo. Compreendo que todos os entes federativos têm que entrar na discussão para chegarmos a 10% do PIB, mas São Paulo tem que dar um passo à frente, porque, se não der, corre-se o risco de esse Plano simplesmente virar uma carta de intenção. É só isso. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou passar imediatamente ao Secretário Chalita para suas considerações. Quero antes manifestar minha alegria por poder relatar, pela Comissão de Finanças e Orçamento, o Plano Municipal de Educação. Tenho certeza de que, no debate sobre finanças, poderemos contribuir muito para efetivar o plano.

Tem a palavra o Sr. Secretário Gabriel Chalita para suas considerações e respostas. Agradeço pelo acordo que estabelecemos aqui, porque só assim é possível avançar para chegarmos ao final desta audiência pública.

O SR. GABRIEL CHALITA – Quero agradecer ao Vereador Paulo Fiorilo, que presidiu de uma forma muito democrática, correta esse nosso encontro de hoje; e cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli pelo trabalho que fez como relator e também por todo esse processo democrático de construção, na Comissão de Educação, desse Plano Municipal de Educação. Eu já elogiei muitos aspectos desse plano. São Paulo preocupou-se em ouvir a sociedade, em debater para chegar à conclusão desse plano.

Cumprimento meu amigo e grande irmão Vereador Ricardo Nunes, que defende muito a educação. E acho que realmente é isto que precisamos: uma consciência na Câmara Municipal, a casa do povo, do que significam as políticas públicas de educação.

Cumprimento todas as entidades, as pessoas que compareceram e os educadores.

Gosto muito destes encontros porque aprendemos o tempo todo; não tenho a presunção de saber mais do que ninguém. Quando assumi a Secretaria, a primeira coisa que fiz foi visitar todas as regiões de São Paulo para ouvir as pessoas, os pais, os alunos, os professores, os funcionários, os diretores, os supervisores, etc. Ouvir para refletir. Acho que quando fechamos a questão em algumas coisas, impedimos um processo de construção de um caminho democrático e, às vezes, estamos falando coisas muito semelhantes, buscando realidades muito próximas, mas, como um lado não consegue ouvir o outro, ficamos um pouco confusos em relação ao que fazer.

Então, essa experiência de trazer pessoas para serem ouvidas, aprender com elas a ouvi-las e dialogar com elas, isso é educação. A educação está muito ligada a esse movimento da vida, da postura de um diante do outro, do respeito às crenças que o outro tem, diferentes das dele. Para mim, então, hoje também foi um aprendizado ouvir tantas vozes diferentes.

Agora vou responder às questões de forma objetiva.

Sobre o financiamento, Vereador Toninho, compreendo a angústia que V.Exa., como Relator, e que algumas entidades sentem a respeito de ampliar o percentual do orçamento para educação. Talvez conseguíssemos fazer essa ampliação em dez anos e ampliar outra em cinco anos, como foi no Plano Nacional. Num primeiro momento, a discussão dos 10% do PIB era assim que fosse aprovado o Plano. Essa foi a primeira discussão.

Alguém aqui citou a história do sonho, de ser apenas uma carta de intenção. Eu era um dos deputados que dizia que não ia acontecer nada. Se falarmos que, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, 10% do PIB serão destinados à educação, é evidente que não vai acontecer. Mas, se elaborarmos um plano para que isso aconteça, teremos caminhos para fazer isso se concretizar.

Em relação à minha preocupação em relação às metas de diminuição de aluno por sala de aula, é claro que qualquer educador concorda com o que está escrito aqui, mas é no

mesmo caminho. Se esticarmos um pouco esse prazo para termos essa diminuição de crianças por sala de aula, fica mais factível.

Como fazemos para diminuir o número de alunos por sala de aula? Construindo-se mais escolas. Como se constroem mais escolas se o nosso processo, hoje, é tão burocrático e se temos muito órgãos de controle? Ir, como eu fui, em busca de empresas que nos ajudem a construir escolas para ampliar a participação da sociedade na execução dessa política, que é fundamental.

O meu receio, portanto, é aprovarmos uma coisa e não conseguirmos cumprir. Se à medida que ampliamos isso, em três anos conseguimos isso, mas em cinco, em sete, ao final do Plano, conseguimos chegar a esse dado de relação número de criança por sala de aula.

Sobre a questão dos convênios, quero dizer que respeito quem pensa de forma contrária. Após ter ido a todas as regiões, toda semana eu visito pelo menos uma escola direta e uma conveniada. Não vejo como uma escola conveniada possa significar uma educação de qualidade menor. Vejo convênios fazendo extraordinários trabalhos há muito tempo. (Palmas)

Algumas dessas entidades cuidam de crianças há 50, 60, 70 anos e têm uma filosofia muito interessante. Compete ao Poder Público fazer a correção das conveniadas que não apresentam a mesma qualidade.

É fato que muitas cidades estão tentando ampliar o atendimento por meio de convênios, e São Paulo é uma delas. Não sei se vou conseguir, e isso nem consta das nossas metas.

Noutro dia, a imprensa divulgou que o Governo Haddad admitia a não construção de 240 escolas. Estive nesta Casa falando sobre isso e disse que eu queria ter dados concretos, porque, apesar de não dar para prometer a construção de 240 escolas, podemos tentar construir cem creches e outras 40 escolas, além das creches construídas por empresas, o que seria uma quantidade impressionante. As creches construídas pelas empresas não cuidariam administradas por elas e sim por nós, mas se demoramos de um ano e meio a três

para construir uma, elas demoram três meses; o processo é outro.

Eu gostaria muito de falar, até o final desta gestão, que não há sequer uma criança em fila de creche em São Paulo. Estamos trabalhando com esse dado e vamos fazer de tudo para que isso aconteça. No entanto, isso não se faz sozinho, mas juntamente com a comunidade, com a sociedade.

Em relação ao tempo de quatro a cinco anos, citado por alguém, não teremos mais problemas com isso no ano que vem. Portanto, até o final do ano que vem, esperamos que esse problema não atinja mais nenhuma criança, porque é uma tristeza, é um desespero para um pai e uma mãe de criança de zero a três anos não ter onde deixá-la, principalmente numa cidade tão complexa como São Paulo.

Essa não é só uma discussão social, pois a creche não é mais vista como lugar onde os pais têm que deixar a criança, ela hoje é considerada a grande base do início do processo educativo de uma criança, onde ela é educada e de quem recebe estímulo e formação. Sobre isso já foram formuladas teorias estranhas. Segundo o filósofo Lombroso, era possível detectar através de características físicas se uma pessoa era ou não violenta. Hoje, a tentativa é mostrar que o perfil da violência ou da não violência está muito ligado àquilo que aconteceu na vida da criança quando ela tinha de zero a três anos, idade em que não há filtros ou peneiras psíquicas, quando se absorve tudo. É, portanto, nossa responsabilidade não deixar nenhuma criança para trás.

Sobre a questão do Mova e o EJA, não há dúvidas de que não são possíveis sem os convênios e sem discussão com a sociedade. E essa foi uma grande conquista de um dos maiores educadores que já existiram, o Paulo Freire, e perseguimos isso como uma crença de que essas pessoas que por alguma razão não puderam desenvolver seu perfil educacional na idade certa devem ser ajudadas na realização do sonho de poderem ser educadas.

Eu disse que eu esperava que esse Plano fosse cumprido. Quando discutimos no Plano Nacional de Educação sobre as escolas em tempo integral, a discussão também foi

semelhante e havia gente que queria que a escola em tempo integral começasse a acontecer assim. Não existe isso. Eu me considero um sonhador, mas gosto de ser realizador; tenho pavor de dizer para pessoas que vou fazer algo que não posso cumprir e pavor de ter vários discursos e falar uma coisa para um público e outra para outro público. Às vezes é melhor que as pessoas não concordem com o que falamos e pensamos, mas respeitem o fato de pensarmos o que pensamos.

A minha preocupação em relação a essa visão sobre o Plano não é achar que é uma carta de intenções. Acho que um Plano acaba sendo um instrumento de cobrança da sociedade, dos órgãos de controle, do Ministério Público, da Defensoria e também da imprensa, da mídia, que desempenha o importante papel de ajudar as pessoas a refletir sobre o resultado daquilo.

Então, não tenho nada contra as utopias, mas acho muito bom quando conseguimos escrever um Plano e perceber que ele está sendo realizado, que está acontecendo.

No Direito, há a questão da subjetividade jurídica com termos muito bonitos, mas cuja aplicabilidade não acontece, porque é muito amplo. Nessa amplitude, como normas, acho que devemos fazer propostas que possam ser realizadas.

Não vou deixar de falar da ideologia de gênero, porque, embora seja um debate dos Vereadores, parece estranho que tanta gente tenha vindo falar sobre isso e eu não falar; pareceria que eu estou querendo ficar bem ou mau com ambos os lados.

Respeito os dois lados, ambos os discursos e acho que toda essa fundamental questão da violência sexual não pode ser empurrada para debaixo do tapete. É angustiante sabermos que ainda hoje no Brasil uma quantidade enorme de mulheres são violentadas, estupradas, destruídas, sendo que a maior parte desses crimes ocorre dentro do ambiente familiar. Esse dado é correto, científico e não é falar mal da família, não. A família, que deveria ser um espaço de proteção, infelizmente, talvez por um processo educacional incorreto, ela

não protege as pessoas como deveria.

A mesma coisa acontece em relação às crianças que sofrem essa violência: grande parte delas sofre a violência dentro de casa.

No Plano Nacional de Educação, ficamos três meses discutindo esse assunto, ouvindo todos os lados, debatendo. Alguém citou a educação em direitos humanos, e sou absolutamente favorável a isso. Precisamos construir uma sociedade em que o respeito seja a base dessa construção. A ideia é conviver com pessoas que pensam diferentemente de nós, que professem uma religião diferente, que tenham nascido em uma região diferente, que façam parte de um partido político diferente. O importante é que as pessoas tenham respeito uma pelas outras.

Nesse sentido, é muito estranho uma proposta religiosa que proponha o desligamento e não religação. A palavra religião vem de ligar, ligar as pessoas, os valores e discutir sobre isso.

Por um lado, então, há toda essa discussão dentro das escolas de preparar as pessoas para terem uma formação correta na vida, a qual sou absolutamente favorável. Por outro lado, também tenho a profunda compreensão de que há preocupações de vários segmentos religiosos e de pessoas que não pertencem a segmentos religiosos, mas que imaginam que talvez se anteciparmos algumas discussões sobre o caráter ideológico e sexual da pessoa possa não apresentar uma formatação correta. No Plano Nacional de Educação, depois de muita discussão sobre a ideologia de gênero, optamos por retirar do texto frases e termos como “erradicar toda forma de discriminação”, “dar ênfase à promoção da cidadania”, “valores morais e éticos”, “promoção humanística”. Não que aqui ocorra o mesmo, mas, lá, chegamos à conclusão de que esse debate semântico estava atrasando o andamento dos trabalhos; durante três meses, não conseguimos discutir mais nada no Plano Nacional de Educação que não fosse a inserção ou não da ideologia de gênero.

Chegamos à conclusão de que, na prática, se tivermos uma ação que combata toda

forma de discriminação, isso vai significar para as escolas que essas crianças serão educadas de uma forma correta e dentro dos valores que suas famílias consideram corretos, permitindo-lhe às crianças, ao mesmo tempo, que elas possam ser educadas para conviver numa sociedade que tem uma diversidade que as pessoas precisam saber respeitar. (Palmas)

Insisto muito no tema do respeito porque é algo que vem nos preocupando sobremaneira, pois somos uma sociedade de descartáveis, em que não consigo ter a percepção da importância e do significado do outro, do que é o ser humano. Esse é elemento basilar da proposta educativa. Quando fui Secretário de Educação, consegui trazer de volta a Filosofia para as escolas, porque, para mim, era fundamental ajudar as pessoas a refletir, a pensar e discorrerem sobre suas crenças. Isso é algo fundamental.

Uma parcela da população se mostra preocupada em relação ao termo ideologia de gênero porque foi cunhado por alguns sociólogos, mas em nenhum momento essa foi a visão do Vereador Toninho nem no Plano Nacional de Educação imaginou-se que no banheiro escola, se surgisse o termo ideologia de gênero, cada um entraria no banheiro que quisesse. Está havendo uma deturpação do que significaria se o conceito passasse a vigorar na prática. Lá, achamos que o fato fundamental é que as pessoas aprendam a não discriminar as outras, a não terem preconceito em relação às outras e a conviverem em sociedade.

Tenho certeza de que esta Comissão e a Câmara terão maturidade de chegar a um melhor termo e se é importante inseri-lo ou não, ouvindo as pessoas que vieram aqui hoje, as que representam a sociedade, as que pensam de maneira diferente.

Isso é fundamental, mas o que sinto que é mais importante são as pessoas estarem preocupadas com o Plano Municipal de Educação. Isso é muito bom. O fato de ter ou não a palavra e de terem se unido por causa disso mostra que esse não é um Plano para ficar engavetado. Quando ele for votado, nós gestores e os que virão depois de nós teremos a obrigação de fazer com que ele aconteça, a fim de que isso consiga melhorar de fato melhorar uma cidade como São Paulo, que é complexa, é difícil e que, ao mesmo tempo em que é a

mais rica da América Latina, é uma cidade pobre, com profundas desigualdades, de muitas injustiças e de muito sofrimento e calvários.

Se nós educadores pudermos formar uma cidade que saiba conviver com pessoas diferentes, que possam crescer intelectualmente, que consigam ter um repertório melhor de vida, que saiba fazer escolhas, que saibam ser livres, teremos cumprido o nosso papel.

Agradeço-lhe muito, Vereador, a oportunidade de estar aqui e agradeço aos educadores que compareceram. Tenho sentido essa experiência incrível de aprender todos os dias com educadores da magnífica rede pública do Estado de São Paulo.

Espero que juntos, a Câmara Municipal, o Poder Executivo, a sociedade organizada, possamos dar passos importantes para melhorar a nossa educação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Secretário Chalita.

Agradeço à Lurdinha; à Emília, que contribuiu conosco em dois debates; ao professor Fernando Almeida, que acompanhou este debate, e todos aqueles que compareceram, entre eles os educadores, os gestores de CEUs, os diretores de DREs.

Encerramos mais um ciclo com este debate na Comissão de Finanças sobre o Plano Municipal de Educação. A ideia agora é que possamos apresentar um relatório para a Comissão apreciar e que o Plenário se posicione sobre o Plano.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.